

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
4º SEMESTRE/2004  
DISCIPLINA: HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO  
PROFESSOR: GERALDO BEAUCLAIR  
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

**REAÇÕES DO GOVERNO JOANINO (1808-1821)  
À POLÍTICA INGLESA DE CRIAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS  
PARA A SUA INDÚSTRIA<sup>1</sup>**

Na primeira metade do século XIX, a indústria britânica experimentou um desenvolvimento espantoso. Em particular, a indústria siderúrgica (produção de trilhos para vias férreas e navios de aço, por exemplo)<sup>2</sup>. “[A] *Revolução Industrial, dentro do país, a destruição, depois de Waterloo, de qualquer barreira ou competição, e a hegemonia global inglesa no além-mar deram origem, combinadas, a uma novíssima forma de economia mundial, na qual os fabricantes britânicos tinham uma preponderância esmagadora no livre comércio internacional*”.<sup>3</sup> O mercado interno britânico não era capaz de dar conta de toda esta oferta. Havia muita capacidade de produção ociosa. Nestas condições, era preciso buscar mercados, ou criá-los... É o que a política externa britânica tentará fazer em todo o mundo, e no caso “brasileiro”<sup>4</sup>, a julgar pelo que nos diz Beauclair<sup>5</sup>, conseguirá, abortando um processo de desenvolvimento pré-industrial em curso.<sup>6</sup>

Aproveitando-se da fragilidade política do governo português, levada ao extremo em 1808 com a chegada da fugitiva Família Real ao Brasil, os ingleses vão impor a D. João um receituário anti-industrial.<sup>7</sup> Tais imposições não serão obedecidas sem contradições, resistências, idas e vindas. Um estudo cuidadoso das medidas adotadas por D. João

---

<sup>1</sup> Em resposta à questão proposta, a saber: escolher um dos eixos das transformações ocorridas na Revolução Industrial Inglesa e, a partir deste eixo, examinar as medidas adotadas pelo governo joanino. (2 laudas)

<sup>2</sup> Quanto às ferrovias, “passaram a ser construídas porque as empreiteiras precisavam de trabalho, os siderurgistas, de encomendas, e os banqueiros e organizadores empresariais, de um projeto em que trabalhar. E a construção de ferrovias transformou-se num serviço que a Grã-Bretanha poderia despejar no exterior, quando suas organizações financeiras e suas construtoras não pudessem manter-se ocupadas em casa (Jenks, 1938, p. 133-4).” Arrighi; *O longo século XX*; [pasta 42 – BL O]; pp. 164, 165. Não foi possível identificar na xerox os dados completos para a indicação bibliográfica.

<sup>3</sup> Idem; p. 179.

<sup>4</sup> A rigor, só podemos falar de Brasil - como entidade política - em 1822.

<sup>5</sup> Beauclair, Geraldo; *RAÍZES DA INDÚSTRIA NO BRASIL*; Studio F&S Editora; Rio de Janeiro; 1992.

<sup>6</sup> A palavra “abortando” só pode ser aplicada adequadamente no corte cronológico que vai até 1850/60. Numa perspectiva de longa duração, melhor seria “adiando”: “A década de 1850/60 poderia ser a de um salto industrial, mas esse evento foi adiado”. Beauclair; op. cit; p. 19.

<sup>7</sup> “Nos atropelos terríveis da preparação da viagem, Strangford aproveitou-se do embarque do Príncipe Regente para ir à nau ‘MEDUSA’, onde se encontrava o Ministro dos Estrangeiros, e fazer as exigências seguintes: abertura dos portos do Brasil ao comércio; tarifa especial nas alfândegas... [§] Na falta de acordo, o Almirante Sidney Smith não deixaria sair do Tejo a esquadra portuguesa; A Corte seria prisioneira dos franceses. [§] D. João teve de ceder a tudo: era o preço da proteção, era o aviltamento da soberania portuguesa”. (SROUR, Roberto H.: *História do Brasil*). “Se para o governo lusitano a saída para o Brasil lhe assegurava a soberania política do Reino, ainda que de imediato não garantisse a integridade física do seu território, para a Inglaterra a transmigração lusa constitui excelente oportunidade de consolidação de seus interesses econômicos e políticos já dominantes em Portugal, e ainda de estendê-los ao Brasil, pela conquista do mercado colonial brasileiro”. (TEIXEIRA, Francisco M. P. e DANTAS, José: *Estudos de História do Brasil*; SP; Ed. Moderna, vol. II; Império e República, 1974.)

não pode prescindir da compreensão de que eram vários os interesses econômicos em disputa no aparelho de Estado: os interesses comerciais “anti-indústria” dos ingleses, os interesses das oligarquias (monocultura de exportação) e, claro, os interesses da própria Família Real.

D. João, como todos os monarcas europeus, não estava vinculado – por princípios – a nenhuma teoria econômica. Como todo bom mercantilista, era um homem prático. Interessava-lhe, como sempre, a ampliação e a consolidação do Reino, do poder. Uma vez estabelecidas estas considerações, acredito que todas as medidas tomadas por ele podem ser melhor compreendidas, notadamente as portadoras de indiscutíveis contradições. Como exemplo, a Abertura dos Portos e o Alvará de Liberdade Industrial.

A Abertura dos Portos (28.01.1808) contemplava os interesses ingleses (fim do Pacto Colonial), a aristocracia rural brasileira (maior lucro nas exportações e aquisição de manufaturados a baixo preço) e a própria Corte, na medida em que a alfândega era uma importante fonte de recursos do governo. No entanto, do ponto de vista de uma política industrializante, tal abertura ia na sua contramão pois, como sabemos, depois da Inglaterra, nenhum outro país tinha condições de se industrializar sem tomar medidas protecionistas.

Todavia, pouco tempo depois (01.04.1808) decreta o Alvará de Liberdade Industrial no Brasil. Sem comentários...

Tais contradições refletiam os interesses expressos dentro - e também fora - do aparelho de Estado joanino. Neste sentido, acredito que a imagem que a historiografia tradicional faz de D. João como uma figura meio “bobalhona”, ingênua, incompetente etc, não encontra bases sólidas na história. Pelo contrário, o que se vê é um “jogo de cintura” extraordinário, ora cedendo aqui, ora investindo acolá... Nestas condições, a pergunta que Beauclair faz, a seguir, só pode ser respondida afirmativamente: “Assim, sem negar a posição de VILELA LUZ<sup>8</sup> sobre as medidas de D. João e sem negar a dominância do pensamento liberal nas décadas que lhe são posteriores, não seria o caso de admitir-se no Brasil, também, uma corrente de pensamento original, não dominante (grifo meu) (que procurava superar o universalismo liberal), fruto, inclusive, das próprias condições brasileiras e da percepção dos entraves bloqueadores da industrialização?”<sup>9</sup> “Não dominante” não significa “não presente no governo”. O autor vai demonstrar que sim, que havia tal corrente, e que tal corrente se apoiava em forças econômicas importantes e até então pouco estudadas.

Colocando-me na posição de D. João, realmente, os espaços de manobra não eram muitos. As pressões da Inglaterra eram insaciáveis... Por outro lado, nas brechas sempre presentes em qualquer processo histórico, por que não pensar na possibilidade de, através de uma política de facilitação e até de estímulo à indústria, diversificar a economia? Ora, não podemos duvidar do fato de que D. João tinha muito bem clara a consciência de que o atraso de suas colônias era devido à especialização, ao Pacto Colonial. Uma vez morando na colônia, e tendo o seu futuro na Europa meio que incerto, não seria nenhum absurdo imaginar D. João pensando em aplicar nesta sua colônia, agora “metrópole”, uma política inversa.

É só uma questão...

*Evandro de Oliveira Machado*  
Em 31 de outubro de 2004.

---

<sup>8</sup> “VILELA LUZ reconhece, desde a vinda de D. João VI, a existência de um pensamento mercantilista que tenderia a ser mitigado ou superado pelo pensamento liberal”. BEAUCLAIR, op. cit., p. 21.

<sup>9</sup> Idem.